



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista Judiciário - Área Judiciária
Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'AX', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

00001-0001-0001

P R O V A

Conhecimentos Básicos
Conhecimentos Específicos
Redação

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova de Redação.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)
- Ler o que se pede na Prova de Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente e tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha durante a realização das provas.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova de Redação será corrigido.
- Você deverá transcrever a redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova de Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS BÁSICOS

Português

Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 1 a 7.

1 *Ópera é um tipo de teatro no qual a maioria ou todos os personagens cantam durante a maior parte do tempo ou o tempo todo. Nesse sentido, é muito óbvio que ela não seja realística, e com frequência, no decorrer de seus mais de quatrocentos anos de história, tem sido considerada exótica e estranha. Além disso, é quase sempre bastante cara de se encenar e de se assistir. Em nenhum momento da história a sociedade, como um todo, conseguiu sustentar facilmente os custos exorbitantes da ópera. Por que, então, tanta gente gosta dela de maneira tão profunda? Por que dedicam suas vidas a apresentá-la, escrever sobre ela, assistir a ela? Por que alguns fãs de ópera atravessam o mundo para ver uma nova produção ou ouvir um cantor favorito, pagando imensas quantias por esse fugaz privilégio? E por que a ópera é a única forma de música erudita que ainda desenvolve de modo significativo novas audiências, apesar de que, no último século ou por volta disso, o fluxo de novas obras, que uma vez foi seu sangue vital, secou até se reduzir a um débil gotejar?*

5 *Essas perguntas são mais sobre a ópera tal como ela é hoje em dia: sobre aquilo em que a ópera se tornou no início do século XXI. No que se segue teremos muito a dizer sobre a história de nosso tema, sobre as maneiras em que a ópera se desenvolveu durante sua jornada de quatrocentos anos até nós; mas nossa ênfase será sempre no presente, no efeito que a ópera continua a ter sobre as audiências no mundo inteiro. Nosso objetivo é lidar com uma forma de arte cujas obras mais populares e duradouras foram quase sempre escritas num distante passado europeu, [...] mas cuja influência em muitos de nós – e cuja significância em nossa vida hoje em dia – é ainda palpável. A ópera pode nos transformar: física, emocional e intelectualmente. Queremos investigar por quê.*

(Carolyn Abbate e Roger Parker. **Uma história da ópera**: os últimos quatrocentos anos. Trad. Paulo Geiger. 1.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 21-22)

1. Os autores do texto

- (A) apontam que a ópera é sempre bastante dispendiosa porque esse tipo de teatro renuncia a personagens que não se fazem presentes em cena por meio do canto.
- (B) acusam a incongruência que existe entre a sociedade sustentar produções caríssimas e as pessoas, diferentemente deles mesmos, não investigarem o que justificaria manter esses projetos.
- (C) indicam como usual que se tome a ópera como um gênero dramático excêntrico, pelo fato de representar situações estranhas ao que se considera "vida real".
- (D) expressam as intenções que têm ao escrever a história da ópera, demonstrando acreditar que a melhor maneira de fazê-lo é fixar-se na atualidade, auge dessa manifestação erudita.
- (E) anunciam que têm muito a dizer e deixam entrever que suas reflexões desnudarão alguns mitos sobre a ópera, como a visão idealizada de que a profusão de obras já constituiu o sangue vital desse tipo de teatro.

2. Tem sustentação no texto a ideia de que

- (A) a efemeridade é um traço característico de todo objeto, fato, ou acontecimento cultural, que merece reprovação.
- (B) obras eruditas têm, como sempre tiveram, público cativo, mas, em vista das atuais tendências musicais, ele está prestes a se esgotar.
- (C) as formas de arte que mais se eternizam são as que têm raízes na tradição popular, sustentáculo das legítimas expressões culturais.
- (D) obras de arte concebidas em certa cultura podem ter seu valor depreciado quando o eventual fruidor fizer parte de outro contexto cultural.
- (E) as questões fundamentais sobre a ópera são passíveis de ser postas e respondidas somente no contexto do século XXI, depois de uma jornada de quatrocentos anos até a contemporaneidade.

3. A frase em que o segmento destacado expressa uma circunstância restritiva é:

- (A) (linha 2) *Nesse sentido, é muito óbvio que ela não seja realística.* [...]
- (B) (linha 3) *Além disso, é quase sempre bastante cara de se encenar e de se assistir.*
- (C) (linha 4) *Em nenhum momento da história a sociedade, como um todo, conseguiu sustentar facilmente os custos exorbitantes da ópera.*
- (D) (linha 10) *Essas perguntas são mais sobre a ópera tal como ela é hoje em dia* [...]
- (E) (linha 13) *Nosso objetivo é lidar com uma forma de arte cujas obras mais populares e duradouras foram quase sempre escritas num distante passado europeu.*



4. *Queremos investigar por quê.* (final do texto)
- Ficarão preservadas a correção e a clareza da frase acima, sem prejuízo do sentido original, com a substituição do segmento destacado por
- (A) suas razões.
 - (B) o seu porquê.
 - (C) por que motivos.
 - (D) porque ela nos transforma.
 - (E) seja qual for as motivações disso.
-
5. Segmentos do texto estão, abaixo, associados a outras formulações. A que NÃO prejudica o sentido e a correção originais é:
- (A) (linha 1) *no qual a maioria ou todos os personagens cantam* / cujos personagens, a maioria ou todos, cantam.
 - (B) (linhas 4 e 5) *conseguiu sustentar facilmente os custos exorbitantes da ópera* / obteve facilmente recursos para custear os gastos excessivos da ópera.
 - (C) (linhas 5 e 6) *Por que dedicam suas vidas a apresentá-la, escrever sobre ela, assistir a ela?* / Qual a causa de dedicarem suas vidas a apresentar, escrever e assistir a ela.
 - (D) (linha 7) *pagando imensas quantias por esse fugaz privilégio* / se forem pagar imensas quantias por esse privilégio instantâneo.
 - (E) (linha 8) *que ainda desenvolve de modo significativo novas audiências* / que desenvolve, ainda que de maneira significativa, novas audiências.
-
6. Considere a frase abaixo e as assertivas I, II e III.
- E por que a ópera é a única forma de música erudita que ainda desenvolve de modo significativo novas audiências, apesar de que, no último século ou por volta disso, o fluxo de novas obras, que uma vez foi seu sangue vital, secou até se reduzir a um débil gotejar?*
- I. O segmento apesar de que introduz ideia naturalmente compatível com a expressa na primeira parte do enunciado, de modo que a expectativa criada na porção inicial se harmoniza com o que vem a seguir na frase.
 - II. A palavra *até*, que usualmente sinaliza o ápice de uma ação, tem esse sentido prejudicado em virtude de vir associada à ideia expressa por *débil*.
 - III. Se uma vírgula fosse introduzida antes da palavra *ou*, não haveria prejuízo para a correção original.
- É correto o que se afirma APENAS em
- (A) I.
 - (B) I e II.
 - (C) II e III.
 - (D) II.
 - (E) III.
-
7. *Em nenhum momento da história a sociedade, como um todo, conseguiu sustentar facilmente os custos exorbitantes da ópera.*
- Na frase acima, a locução verbal está empregada com regência idêntica à presente em:
- (A) O crítico elegeu o jovem cantor o maior artista da temporada.
 - (B) Apresentou-nos currículo repleto de menções honrosas.
 - (C) Sem falsa modéstia, recebeu a ovação com elegância e alegria.
 - (D) Tentou cantar de modo condizente com as recomendações do maestro.
 - (E) Jamais se afastou daquele velho conselho do pai.



Atenção: Considere o texto abaixo para responder às questões de números 8 a 12.

1 O conceito de vergonha recobre um campo de significados bastante amplo e rico. Para o Dicionário Aurélio, por exemplo, vergonha significa: a) desonra humilhante; opróbrio, ignomínia; b) sentimento penoso de desonra, humilhação ou rebaixamento diante de outrem; c) sentimento de insegurança provocada pelo medo do ridículo, por escrúpulos etc.; timidez, acanhamento; d) sentimento da própria dignidade, brio, honra. O Dicionário Larousse traz aproximadamente as
5 mesmas definições, mas acrescenta novas associações como: medo da desonra e embaraço. O Dicionário Lexis apresenta ainda algumas definições com nuances diferentes: indignidade, sentimento penoso de baixaza, de confusão, sentimento de desconforto provocado pela modéstia, sentimento de remorso. O que chama a atenção nas definições de vergonha é não
10 somente a diversidade dos significados atribuídos a este sentimento, mas também, e sobretudo, o fato de alguns destes significados serem opostos: desonra/honra, indignidade/dignidade, humilhação/brio. Tal oposição, observada por Harkot-de-

-La-Taille, faz esta autora perguntar-se que palavra é esta que recobre o não e o sim, a ausência e a presença, o temível e o desejável.
Uma forma comum de pensar este sentimento é afirmar que ele é simplesmente desencadeado pela opinião de outrem. É o que, por exemplo, sugere a definição de Spinoza segundo a qual a vergonha é a tristeza que acompanha a
15 ideia de alguma ação que imaginamos censurada pelos outros. E é o que, explicitamente, a antropóloga Benedict afirma em seu estudo sobre a sociedade japonesa. Para ela, as culturas da vergonha enfatizam as sanções externas, opondo-se às verdadeiras culturas da culpa, que interiorizam a convicção do pecado. Quanto ao sentimento de vergonha, escreve que
20 alguém poderá envergonhar-se quando é ridicularizado abertamente, ou quando criar a fantasia para si mesmo de que o tenha sido. Todavia, não acreditamos que tudo esteja dito assim; a vergonha pressupõe um controle interno: quem sente vergonha julga a si próprio. Lembremos o fato notável de que a vergonha pode ser despertada pela simples exposição,
25 mesmo que não acompanhada de juízo negativo por parte dos observadores. Com efeito, certas pessoas sentem vergonha pelo simples fato de estarem sendo observadas. O rubor pode subir às faces de alguém que está sendo objeto da atenção de uma plateia, mesmo que esta atenção seja motivada pelo elogio, pelo recebimento de um prêmio, portanto acompanhada de um juízo positivo. Este tipo de vergonha não deixa de ser psicologicamente misterioso: por que será que as pessoas sentem desconforto ao serem "apenas" observadas, mesmo que esta observação não contenha
ameaças precisas, mesmo que ela seja lisonjeira?

(Adaptado de: LA TAILLE, Y. O sentimento de vergonha e suas relações com a moralidade. **Psicologia**: Reflexão e Crítica, São Paulo: Scielo, 2002, 15(1), p. 13-25)

8. O primeiro parágrafo do texto autoriza afirmar:

- (A) A diversidade de significados atribuídos à vergonha comprova o entendimento superficial do sentimento, descrito com ambiguidade e incoerência nos mais diversos dicionários.
- (B) O uso de *mas também* e *e sobretudo* (linha 8) em um mesmo período instaura falta de clareza na redação, já que não é possível compreender se o elemento agregado é de mesmo nível ou mais importante que o primeiro mencionado.
- (C) O autor recorre a dicionários de prestígio, tomando-os como repositórios inequívocos do conhecimento e da cultura ocidentais.
- (D) O autor parte de definições que, como espécies de comprovações prévias, conduzem à concordância com a reflexão de Harkot-de-La-Taille, reportada ao final.
- (E) A oposição comentada revela o quanto há de descuido e precipitação quando se trata de examinar conceitos relacionados à natureza da alma humana.

9. O segundo parágrafo valida o seguinte comentário:

- (A) O julgamento de outrem não tem relevância para o sentimento de vergonha, sendo atitude simplória imaginar que o envergonhado reaja a avaliações externas.
- (B) O autor não descarta as ideias de Benedict, mas manifesta a necessidade de relativizá-las, como o comprova o trecho *não acreditamos que tudo esteja dito assim* (linha 18).
- (C) As *culturas da culpa* revelam maior amadurecimento psicológico dos indivíduos do que as *culturas da vergonha*, uma vez que estas têm como única referência os valores sociais.
- (D) O autor prioriza o confronto de suas ideias com as de Spinoza e Benedict, dispensando-se de referir fatos ou situações objetivas em sua argumentação.
- (E) A pergunta ao final faz retroceder a reflexão desenvolvida pelo texto, na medida em que tal indagação reafirma a impossibilidade de se compreender a vergonha.



10. Consideradas definições da palavra *vergonha* retiradas do **Dicionário Aurélio**, a alternativa que contém exemplificação correta é:
- (A) *sentimento da própria dignidade, brio, honra* (linha 4): “Durante severa discussão, o mais sincero dos amigos indagou-lhe se não tinha ética e vergonha na cara.”
 - (B) *sentimento penoso de desonra, humilhação ou rebaixamento diante de outrem* (linhas 2 e 3): “Se tiverem vergonha, honrarão a confiança neles depositada e trabalharão com mais lisura.”
 - (C) *desonra humilhante; opróbrio, ignomínia* (linha 2): “Artista talentoso, o jovem pianista contornou a explícita vergonha apresentando vários números antes de dirigir a palavra à audiência”.
 - (D) *sentimento de insegurança provocada pelo medo do ridículo, por escrúpulos etc.; timidez, acanhamento* (linhas 3 e 4): “Todos ficaram constrangidos com o comportamento indecoroso do magistrado; foi de fato uma vergonha.”
 - (E) *desonra humilhante; opróbrio, ignomínia* (linha 2): “Um profundo sentimento de vergonha o impedia de aceitar elogios sem negar ou diminuir o que nele viam de bom.”

11. Afirma-se com correção:

- (A) (linhas 4 e 5) Convertida para a voz passiva, a frase O Dicionário Larousse *traz aproximadamente as mesmas definições* apresentará a forma “é trazida”.
- (B) (linha 21) Em *pelo simples fato de estarem sendo observadas*, ocorre o deslize gramatical denominado “gerundismo”, caracterizado como o emprego indevido de formas no gerúndio.
- (C) (linhas 17 e 18) Em *quando é ridicularizado abertamente, ou quando criar a fantasia para si mesmo de que o tenha sido*, os tempos das formas verbais destacadas obedecem à correlação privilegiada na norma-padrão.
- (D) (linha 23) A substituição do segmento *não deixa de ser* por “é” mantém plenamente o sentido original do período.
- (E) (linhas 22 e 23) O fragmento *portanto acompanhada de um juízo positivo* pressupõe a forma verbal “seja”, que está elíptica.

12. Considerados o contexto e a norma-padrão,

- (A) (linha 13) resulta em incorreção o acréscimo de vírgula entre *Spinoza e segundo*.
- (B) (linha 24) o emprego de aspas em “*apenas*” empresta ironia à palavra, tal como em: “Ele foi “apenas” assaltado, sem muita violência”.
- (C) (linha 21) em *O rubor pode subir às faces de alguém*, está correto o emprego do sinal de crase, assim como o está em “O sentimento de vergonha é comum à qualquer pessoa”.
- (D) (linha 2) as palavras *opróbrio* e *ignomínia* estão corretamente grafadas e acentuadas, assim como o estão as palavras desta frase: “A ausência de rúbrica nos documentos é mais um deslize para o qual ela tem o intuito de reivindicar tratamento de excessão.”
- (E) (linha 18) em *a vergonha pressupõe um controle interno: quem [...]*, os dois-pontos introduzem consequência.

Raciocínio Lógico-Matemático

13. A quantidade de cartuchos de impressora distribuídos mensalmente para os três escritórios (P, Q e R) de uma empresa é diretamente proporcional ao número de impressoras de cada escritório. Sabe-se que P possui três impressoras a mais do que o dobro das impressoras de Q; e que R possui o dobro das impressoras de P. Nessas condições, a quantidade total mensal de cartuchos distribuídos para os três escritórios juntos é um número que, na divisão por 7, deixa resto igual a
- (A) 4.
 - (B) 6.
 - (C) 5.
 - (D) 2.
 - (E) 3.



14. Em um município, a razão entre o número de homens e de mulheres é 91:92, e entre o número de mulheres e o de crianças é 23:5. Nesse município, a razão entre o número de crianças e o de homens é igual a
- (A) $\frac{83}{368}$.
- (B) $\frac{81}{362}$.
- (C) $\frac{60}{81}$.
- (D) $\frac{25}{81}$.
- (E) $\frac{20}{91}$.
-
15. Em um mesmo ano, no final de fevereiro foram retirados $\frac{2}{9}$ dos recursos de uma conta bancária. No final de março foram retirados $\frac{3}{7}$ do saldo remanescente (após a retirada de fevereiro). No final de abril, a conta recebeu depósito equivalente a $\frac{4}{5}$ do total das retiradas feitas em fevereiro e março. Considere que aumentos ou reduções no saldo da conta nesse período tenham ocorrido apenas em função das operações anteriormente descritas. Sendo assim, é correto afirmar que, na comparação do saldo da conta antes da retirada de fevereiro com o saldo após o depósito feito no fim de abril, houve um
- (A) decréscimo de $\frac{1}{9}$ do valor.
- (B) aumento de $\frac{1}{9}$ do valor.
- (C) decréscimo de $\frac{2}{7}$ do valor.
- (D) aumento de $\frac{2}{9}$ do valor.
- (E) decréscimo de $\frac{2}{9}$ do valor.
-
16. As peças de um jogo estão numeradas com a sequência ordenada dos primeiros números inteiros não negativos. Nesse jogo, sabe-se que:
- as dez primeiras peças ordenadas devem se submeter à regra A.
 - as cinco primeiras peças ordenadas de numeração par devem se submeter à regra B;
 - as cinco primeiras peças ordenadas de numeração ímpar devem se submeter à regra C;
 - as cinco primeiras peças ordenadas com numeração de número primo devem se submeter à regra D.
- De acordo com as regras, as peças do jogo submetidas à regra
- (A) A também estão submetidas à regra C.
- (B) A também estão submetidas à regra D.
- (C) A mas não submetidas à regra B são as mesmas que estão submetidas à regra C.
- (D) A e à regra B, simultaneamente, constituem um conjunto sem elementos.
- (E) B e à regra C, simultaneamente, constituem um conjunto de um único elemento.
-
17. Para produzir 900 catálogos, cada um de 240 páginas, uma gráfica consome 250 kg de papel. Se os catálogos produzidos tivessem 180 páginas cada um, o número de catálogos que poderiam ser produzidos com 780 kg de papel seria igual a
- (A) 2985.
- (B) 3280.
- (C) 3744.
- (D) 2864.
- (E) 3426.



18. Há sete participantes de um torneio de tiro ao alvo, cada um disparando um único tiro. Quatro deles (André, Francisco, Sérgio e José) são experientes, e três deles (Eduardo, Fernando e Gabriel) são novatos. Sabe-se que:
- para que um novato dispare seu tiro, ele deve ser antecedido e precedido por um atirador experiente;
 - Fernando é o segundo a disparar seu tiro, enquanto que Sérgio é o último atirador experiente a disparar um tiro;
 - Francisco dispara antes do que José dispara seu tiro, mas depois do que André dispara seu tiro.

Dentre as opções abaixo, NÃO é necessariamente correto que

- (A) Gabriel dispare seu tiro depois de Fernando.
 - (B) Sérgio dispare seu tiro depois de todos os atiradores novatos.
 - (C) Fernando é o primeiro novato a disparar um tiro.
 - (D) Eduardo dispare seu tiro antes do que José.
 - (E) José dispare seu tiro entre Eduardo e Gabriel.
-
19. Maria teve seu primeiro filho no dia em que completou 24 anos e, exatamente 4 anos depois, teve seu segundo filho. Em 2014, logo após o aniversário de Maria e seus dois filhos, as idades dos três somavam 53 anos. Sendo assim, o ano de nascimento de Maria é
- (A) 1974.
 - (B) 1978.
 - (C) 1976.
 - (D) 1979.
 - (E) 1980.
-
20. Em uma prova de múltipla escolha com 30 questões sobre Legislação de Trânsito, cada resposta correta vale 4 pontos, cada resposta incorreta vale -1 ponto, e cada resposta em branco vale 0 ponto. Priscila fez essa prova e obteve 82 pontos. Na prova de Priscila, para cada resposta em branco havia 3 respostas corretas. Sendo assim, a quantidade de questões que Priscila acertou em sua prova foi igual a
- (A) 23.
 - (B) 19.
 - (C) 20.
 - (D) 22.
 - (E) 21.

Legislação

21. Considere as seguintes situações:
- I. Servidor federal passou a ter exercício em nova sede, no interesse da Administração. Essa mudança foi em caráter permanente e ele foi obrigado a realizar despesas com sua instalação.
 - II. Servidor federal realizou viagem à Brasília, fora de sua sede, em caráter transitório, tendo realizado despesas com passagens aéreas e alimentação.
 - III. Servidor federal se deslocou a município localizado dentro da região metropolitana em que está localizada sua sede para realizar trabalho que é exigência permanente do cargo por ele ocupado.

Nos termos da Lei nº 8.112/90, o servidor fará jus a diárias em

- (A) I, apenas.
- (B) II e III, apenas.
- (C) I, II e III.
- (D) II, apenas.
- (E) III, apenas.



22. Considere as seguintes situações, relacionadas a licenças tiradas por servidor federal:

- I. Por motivo de doença do cônjuge, comprovada por perícia médica oficial e com a necessidade de sua assistência direta, por trinta dias não consecutivos.
- II. Para acompanhar cônjuge que foi deslocado para outro ponto do território nacional por tempo indeterminado.
- III. Para atividade política, no período que mediou entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.
- IV. Para participar de curso de capacitação profissional por sessenta dias, no interesse da Administração, após ter completado um quinquênio de efetivo exercício.

Nos termos da Lei nº 8.112/90, será mantida a remuneração do servidor APENAS em

- (A) IV.
- (B) I e IV.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I, II e III.

23. Sobre o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, regulado pela Lei nº 9.784/99, é correto afirmar que

- (A) órgão é a unidade de atuação dotada de personalidade jurídica.
- (B) todos os atos administrativos devem sempre ser objeto de divulgação oficial.
- (C) o processo pode ser iniciado tanto de ofício como a pedido do interessado.
- (D) o requerimento inicial do interessado deve ser feito sempre na forma escrita.
- (E) a competência exercida pelos órgãos administrativos é irrenunciável, cabendo delegação no caso da edição de atos de caráter normativo.

24. Nos termos regulados pela Lei nº 8.429/92, a pena de perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos, pode ser aplicada quando caracterizado o ato de improbidade administrativa por

- (A) receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para omitir ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado.
- (B) permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço superior ao de mercado.
- (C) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- (D) negar publicidade aos atos oficiais.
- (E) retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício.

25. Nos termos do Regimento Interno do TRT da 4ª Região, supervisionar os serviços da Assessoria de Juízes e decidir os conflitos de atribuições entre Juízes de primeiro grau é competência do

- (A) Tribunal Pleno.
- (B) Órgão Especial.
- (C) Presidente do Tribunal.
- (D) Vice-Presidente do Tribunal.
- (E) Corregedor Regional.

**Noções de Informática**

26. Um usuário do Windows 7 Professional em português clicou, a partir do Painel de Controle, nas seguintes opções:

- Rede e Internet;
- Exibir o status e as tarefas da rede;
- Conexão Local;
- Propriedades, na janela Status de Conexão Local, que se abriu;
- Protocolo TCP/IP versão 4 (TCP/IPv4);
- Propriedades;
- Obter um endereço IP automaticamente;
- Obter o endereço dos servidores DNS automaticamente;
- OK.

Como em uma rede de computadores TCP/IP versão 4, todo computador precisa possuir um endereço IP distinto, esses procedimentos habilitaram no computador da rede um protocolo capaz de sincronizar automaticamente as configurações de endereço IP nos computadores da rede por meio de um servidor central, evitando a atribuição do endereço manualmente. Trata-se do protocolo

- (A) TCP.
- (B) DHCP.
- (C) SNMP.
- (D) HTTP.
- (E) SMTP.

27. Um analista está digitando um texto no Microsoft Word 2013 em português e, após digitar uma palavra, verificou que ela já havia sido usada outras vezes no parágrafo. Para evitar a repetição, decidiu usar os recursos do Word para escolher uma palavra sinônima. Para isso, clicou

- (A) na guia Revisão, na opção Sinônimos do grupo Revisão de texto e, em seguida, clicou em um dos sinônimos disponíveis.
- (B) com o botão direito do *mouse* sobre a palavra, selecionou a opção Sinônimos e clicou em um dos sinônimos disponíveis.
- (C) na ferramenta Sinônimos do grupo Texto da guia Página Inicial e, em seguida, selecionou um dos sinônimos disponíveis.
- (D) na guia Revisão, na opção Sinônimos do grupo Ortografia e Gramática e, em seguida, selecionou um dos sinônimos disponíveis.
- (E) com o botão direito do *mouse* sobre a palavra e selecionou um dos sinônimos disponíveis.

28. Um analista selecionou um texto de uma página da Internet que possui um conjunto de formatações de fonte, porém, deseja colar este texto em um documento sem estas formatações. Para isso, pressionou a combinação de teclas **CTRL** e **C** no texto selecionado da página da Internet e, no documento do LibreOffice Writer versão 4.1.1.2,

- (A) pressionou a combinação de teclas **CTRL** e **V**.
- (B) clicou no menu Editar e na opção Colar texto simples.
- (C) pressionou a combinação de teclas **CTRL**, **ALT** e **V**, selecionou a opção Texto simples e clicou no botão OK.
- (D) clicou no menu Formatar, na opção Colar Especial..., na opção Texto simples e no botão OK.
- (E) clicou no menu Editar, na opção Colar Especial..., na opção Texto sem formatação e no botão OK.

29. Ferramentas *antimalware*, como os antivírus, procuram detectar, anular ou remover os códigos maliciosos de um computador. Para que estas ferramentas possam atuar preventivamente, diversos cuidados devem ser tomados, por exemplo:

- (A) utilizar sempre um *antimalware online*, que é mais atualizado e mais completo que os locais.
- (B) configurar o *antimalware* para verificar apenas arquivos que tenham a extensão .EXE.
- (C) não configurar o *antimalware* para verificar automaticamente os discos rígidos e as unidades removíveis (como *pen-drives* e discos externos), pois podem ser uma fonte de contaminação que o usuário não percebe.
- (D) atualizar o *antimalware* somente quando o sistema operacional for atualizado, para evitar que o *antimalware* entre em conflito com a versão atual do sistema instalado.
- (E) evitar executar simultaneamente diferentes programas *antimalware*, pois eles podem entrar em conflito, afetar o desempenho do computador e interferir na capacidade de detecção um do outro.

30. Considerando diferentes organizações e métodos de acesso, em um arquivo

- (A) Sequencial, as operações de modificações não são simples.
- (B) Direto, são necessárias áreas de extensão, que precisam ser reorganizadas.
- (C) Indexado, não ocorre atualização do índice quando da inserção de um registro.
- (D) Invertido, devem-se determinar funções que gerem maior número de colisões.
- (E) Direto, as listas invertidas valem apenas para aquela disposição física do arquivo.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

31. Nas hipóteses de controle jurisdicional de constitucionalidade existentes no sistema brasileiro, as decisões possuem eficácia
- (A) subjetiva *erga omnes* e temporal *ex tunc*, em se tratando de controle concentrado, atingindo todos os atos praticados desde a vigência da norma declarada inconstitucional, salvo limitação de tais efeitos declarada pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos da lei.
 - (B) subjetiva *erga omnes* e temporal *ex tunc*, em se tratando de controle difuso, atingindo todos os atos anteriores à decisão, salvo limitação declarada pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos da lei.
 - (C) subjetiva *erga omnes* e temporal *ex nunc*, em se tratando de controle concentrado, salvo a possibilidade da atribuição de efeitos retroativos pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos da lei.
 - (D) subjetiva *intra partes* e temporal *ex nunc* em se tratando de controle difuso, somente podendo aplicar-se a atos anteriores à decisão se houver a suspensão da execução da lei pelo Senado Federal.
 - (E) subjetiva limitada aos legitimados para a propositura da ação e temporal *ex tunc*, em se tratando de controle concentrado, alcançando todos os atos praticados desde a vigência da norma declarada inconstitucional, salvo a limitação de tais efeitos pelo Supremo Tribunal Federal, nos termos da lei.
-
32. Quanto aos direitos dos trabalhadores assegurados pela Constituição Federal, é INCORRETO afirmar que:
- (A) O valor dos vencimentos do servidor público pode ser inferior ao do salário mínimo vigente desde que tal montante seja acrescido por abono em quantia suficiente para o atingimento do piso.
 - (B) A natureza das atribuições do cargo a ser provido pode funcionar como justificativa para a imposição de limite de idade para a inscrição no concurso público respectivo.
 - (C) A existência de seguro contra acidente do trabalho não exime o empregador de responsabilidade civil na hipótese de culpa grave.
 - (D) Ainda que sujeito a regime de revezamento, o trabalhador faz jus ao recebimento de adicional de serviço noturno.
 - (E) A gratificação natalina possui natureza indenizatória, não integrando a remuneração normal do trabalhador.
-
33. Os Tribunais de Contas dos Estados são órgãos independentes e autônomos, incumbidos de auxiliar o Poder Legislativo no exercício de sua função fiscalizatória. Citados Tribunais são compostos por sete integrantes, que, atendidos os requisitos constitucionais, devem ser indicados
- (A) livremente, três deles pelo Governador do Estado e quatro pela Assembleia Legislativa.
 - (B) na forma prevista pela Constituição do Estado respectivo, que deverá observar o mínimo de duas e o máximo de quatro indicações pelo Governador do Estado, e o mínimo de três e o máximo de cinco pela Assembleia Legislativa.
 - (C) três deles pelo Governador do Estado, sendo que um dentre integrantes do Ministério Público de Contas e os outros dois livremente, e quatro pela Assembleia Legislativa, sendo um deles dentre os Auditores e os demais de forma livre.
 - (D) três deles pelo Governador do Estado, sendo que um dentre integrantes do Ministério Público de Contas, outro dentre os Auditores e o terceiro livremente, e quatro, de forma livre, pela Assembleia Legislativa.
 - (E) quatro deles pela Assembleia Legislativa, sendo que um dentre integrantes do Ministério Público de Contas, outro dentre os Auditores e os demais livremente, e três pelo Governador do Estado, de forma livre.
-
34. Quanto ao controle de constitucionalidade de Lei Municipal em face da Constituição Federal, é correto afirmar que pode ser realizado por via
- (A) difusa ou concentrada, mediante ação direta de inconstitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (B) difusa, não se admitindo o controle concentrado por ação direta de inconstitucionalidade.
 - (C) difusa ou concentrada, esta diretamente perante o Tribunal de Justiça do Estado a que pertença o Município, com recurso ao Supremo Tribunal Federal.
 - (D) concentrada ou difusa, ambas diretamente perante o Supremo Tribunal Federal.
 - (E) concentrada ou difusa, ambas diretamente perante o Tribunal de Justiça do Estado a que pertença o Município, com recurso ao Supremo Tribunal Federal.
-
35. NÃO é de competência legislativa privativa da União:
- (A) desapropriação, águas, energia, informática, serviço postal, sistema monetário, trânsito e transporte, organização administrativa do Ministério Público e da Defensoria Pública do Distrito Federal e dos Territórios.
 - (B) sistemas de consórcios e sorteios, seguridade social, diretrizes e bases da educação nacional, atividades nucleares de qualquer natureza.
 - (C) normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas, fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios e propaganda comercial.
 - (D) defesa territorial, defesa aeroespacial, defesa marítima, defesa civil e mobilização nacional, registros públicos, direitos tributário, financeiro, penitenciário, econômico e ambiental.
 - (E) direitos civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho, telecomunicações e radiodifusão, diretrizes da política nacional de transportes, jazidas, minas, outros recursos minerais e metalurgia.



Direito Processual do Trabalho

36. A Constituição Federal do Brasil elenca normas relativas à competência material dos diversos órgãos do Poder Judiciário. O artigo 114, com redação determinada pela Emenda Constitucional nº 45/2004 aumentou as hipóteses originalmente previstas para a Justiça do Trabalho. Entretanto, mesmo com essa ampliação, NÃO estão abrangidas as ações

- (A) oriundas das relações de trabalho, abrangidos entes de direito público externo.
- (B) relativas a benefício previdenciário do trabalhador previsto no Regime Geral da Previdência Social.
- (C) indenizações por danos morais e patrimoniais, decorrentes da relação de trabalho.
- (D) sobre representação sindical entre sindicatos e empregadores.
- (E) de execução, de ofício, de contribuições sociais previdenciárias decorrentes das condenações dos dissídios individuais trabalhistas.

37. Hades, residente em Florianópolis, foi contratado pela empresa de bebidas Cachaça Real em sua sede na cidade de São Paulo, para trabalhar como viajante comercial. Durante o contrato esteve subordinado a filial sul da empresa, situada no município de Gramado, laborando em vários municípios da Serra Gaúcha. Para reivindicar direitos trabalhistas inadimplidos pela empregadora, será competente a Vara de Trabalho

- (A) somente em Florianópolis, foro de domicílio do autor.
- (B) em qualquer município da Serra Gaúcha, onde laborou ou em São Paulo, local da contratação.
- (C) em uma das Capitais dos três estados envolvidos: Santa Catarina, São Paulo e Rio Grande do Sul.
- (D) apenas em São Paulo, local da contratação.
- (E) somente em Gramado, local em que a empregadora tem filial e o empregado esteve subordinado.

38. Conforme previsão legal e jurisprudência sumulada pelo Tribunal Superior do Trabalho sobre o *jus postulandi* na Justiça do Trabalho:

- (A) somente pode ser exercido pelos empregados que podem atuar em todas as fases e instâncias dos dissídios individuais do rito sumaríssimo.
- (B) pode ser exercido por empregados e empregadores em todas as instâncias da Justiça do Trabalho apenas nos dissídios coletivos.
- (C) pode ser aplicado pelas partes e limita-se às Varas do Trabalho e aos Tribunais Regionais do Trabalho, não alcançando a ação rescisória, a ação cautelar, o mandado de segurança e os recursos de competência do Tribunal Superior do Trabalho.
- (D) somente é possível nos dissídios individuais e não nos coletivos e alcança apenas as Varas do Trabalho.
- (E) foi tacitamente revogado pela Constituição Federal de 1988 ao dispor que o advogado é indispensável à administração da Justiça.

39. O advogado que representa a reclamada em um dissídio individual trabalhista entende que determinado ato processual praticado pelo Magistrado encontra-se eivado por vício. Nesse caso,

- (A) as nulidades relativas somente serão declaradas se houver arguição pelas partes na primeira vez que tiverem que falar em audiência ou nos autos.
- (B) ainda que do ato inquinado não resulte manifesto prejuízo a parte litigante haverá nulidade.
- (C) a nulidade será pronunciada mesmo que for possível suprir-lhe a falta ou repetir-se o ato.
- (D) ainda que a parte tenha lhe dado causa a nulidade será declarada.
- (E) a nulidade do ato processual prejudica todo o processo, ou seja, todos os atos anteriores e os posteriores, ainda que dele não dependam ou sejam consequência.

40. O princípio da oralidade possui grande influência na sistemática processual trabalhista, razão pela qual a audiência é um dos atos processuais de maior relevância. Observadas as normas legais sobre as audiências que ocorrem nos dissídios individuais,

- (A) o não comparecimento injustificado do reclamante na audiência UNA acarreta o adiamento da sessão em razão do princípio tutelar.
- (B) a ausência da reclamada em audiência UNA ocasiona o pagamento de indenização a parte contrária por litigância de má-fé.
- (C) em razão do princípio da celeridade processual não se permite a apresentação de defesa oral em audiência.
- (D) o ato processual que deve ocorrer imediatamente após o pregão das partes é a juntada de defesa da parte reclamada.
- (E) em audiência é facultado ao empregador fazer-se substituir pelo gerente ou qualquer outro preposto que tenha conhecimento dos fatos e cujas declarações obrigarão o proponente.

41. No tocante às provas no Processo Judiciário do Trabalho,

- (A) as testemunhas serão intimadas para comparecimento em audiência quando as partes apresentarem rol em 05 dias após o despacho saneador.
- (B) no procedimento sumaríssimo quando apresentado documento por uma das partes o Juiz deverá suspender a audiência e possibilitar a parte adversa o prazo legal de 05 dias para manifestação.
- (C) o inquérito para apuração de falta grave cada parte poderá indicar até seis testemunhas para serem ouvidas em audiência.
- (D) o depoimento das testemunhas que não souberem falar a língua nacional será feito por meio de intérprete nomeado pelo Juiz, cujas despesas correrão por conta da parte vencida no processo.
- (E) após a qualificação as testemunhas prestarão compromisso legal, exceto no procedimento sumaríssimo em que não há compromisso e seu depoimento valerá como simples informação.



<p>42. Estão expressamente relacionados como títulos executivos para serem executados na forma prevista na Consolidação das Leis do Trabalho, EXCETO:</p> <p>(A) as decisões passadas em julgado ou das quais não tenha havido recurso com efeito suspensivo.</p> <p>(B) os acordos firmados em reclamações trabalhistas, quando não cumpridos.</p> <p>(C) os termos de conciliação firmados perante as Comissões de Conciliação Prévia.</p> <p>(D) os termos de ajuste de conduta firmados perante o Ministério Público do Trabalho.</p> <p>(E) as decisões do Tribunal Arbitral.</p>	<p>45. Os princípios atuam na ciência jurídica na fase de construção da regra jurídica, em sua interpretação ou na integração de normas jurídicas. Em relação aos princípios peculiares do Direito do trabalho,</p> <p>(A) a razoabilidade é um princípio que confere segurança jurídica aos atos jurídicos ao dispor que o formalismo documental deve prevalecer sobre a realidade dos fatos.</p> <p>(B) é possível ao trabalhador renunciar direitos trabalhistas previstos em legislação própria, como por exemplo, o intervalo intrajornada para refeição e descanso, objetivando a manutenção do emprego.</p> <p>(C) em decorrência do princípio tutelar é autorizada a aplicação da norma mais favorável ao trabalhador independentemente de sua posição na escala hierárquica das normas jurídicas.</p> <p>(D) o encargo de provar o término do contrato de trabalho é do trabalhador, mesmo que tenha sido negada a prestação dos serviços e o despedimento, em razão do princípio da continuidade da relação de emprego.</p> <p>(E) o princípio da irredutibilidade salarial é absoluto, portanto não comporta exceções, ainda que sob a tutela de entidade sindical profissional.</p>
<p>43. Quanto a matéria recursal no Processo Judiciário do Trabalho, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho, é correto afirmar:</p> <p>(A) Cabe recurso de revista por violação a lei federal, por divergência jurisprudencial e por ofensa a Constituição Federal, nas execuções fiscais e nas controvérsias da fase de execução que envolvam a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.</p> <p>(B) Os embargos no Tribunal Superior do Trabalho devem ser interpostos no prazo de 15 dias e cabem em decisões unânimes em dissídios coletivos que excedam a competência territorial dos Tribunais Regionais.</p> <p>(C) O recurso ordinário nas reclamações sujeitas ao procedimento sumaríssimo deve ser interposto no prazo de cinco dias e será imediatamente distribuído, uma vez recebido no Tribunal, devendo o relator liberá-lo no prazo máximo de quinze dias.</p> <p>(D) O recurso de revista não cabe quando as decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídio individual, pelos Tribunais Regionais do Trabalho, contrariarem súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho ou súmula vinculante do Supremo Tribunal Federal.</p> <p>(E) No ato de interposição do agravo de instrumento, o depósito recursal corresponderá a 10% do valor do depósito do recurso ao qual se pretende destrancar.</p>	<p>46. Na análise da dicotomia entre relação de trabalho <i>versus</i> relação de emprego é correto afirmar que</p> <p>(A) toda relação de trabalho corresponde a uma relação de emprego, mas o contrário nem sempre é verdadeiro.</p> <p>(B) na relação de trabalho autônomo o prestador de serviços assume o risco da atividade desenvolvida.</p> <p>(C) não há previsão constitucional que assegure a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso.</p> <p>(D) as relações de trabalho autônomo, temporário e não eventual se assemelham as relações de trabalho avulso em todas as suas características.</p> <p>(E) a relação de trabalho temporário é uma relação triangular na qual há intermediação de mão de obra que rompe com a simetria da relação entre empregado e empregador.</p>
<p style="text-align: center;">Direito do Trabalho</p> <p>44. A sentença normativa é a decisão proferida por um Tribunal do Trabalho em um dissídio coletivo, estabelecendo uma regra geral, abstrata e impessoal que vai reger às relações entre trabalhadores e empregadores de uma determinada categoria, sendo classificada no Direito do Trabalho como</p> <p>(A) fonte material heterônoma.</p> <p>(B) fonte formal autônoma.</p> <p>(C) regra de hermenêutica e não fonte do direito.</p> <p>(D) fonte formal heterônoma.</p> <p>(E) fonte material profissional.</p>	<p>47. Dentre as normas gerais de tutela do trabalho encontramos na Consolidação das Leis do Trabalho regras que disciplinam a duração de trabalho, os períodos de descanso e intervalos e o trabalho noturno. Sobre esse tema:</p> <p>(A) não serão descontadas nem computadas como jornada extraordinária as variações de horário no registro de ponto não excedentes de cinco minutos, observado o limite máximo de dez minutos diários.</p> <p>(B) o tempo despendido pelo empregado até o local de trabalho e para o seu retorno, não será computado na jornada de trabalho, mesmo quando, tratando-se de local de difícil acesso ou não servido por transporte público, o empregador fornecer a condução.</p> <p>(C) entre duas jornadas de trabalho haverá um período mínimo de oito horas consecutivas para descanso do trabalhador.</p> <p>(D) em qualquer trabalho contínuo que não exceder de 6 (seis) horas diárias, mas ultrapassar quatro horas diárias, será obrigatório um intervalo de trinta minutos.</p> <p>(E) considera-se noturno, para o trabalhador urbano, o trabalho executado entre as vinte e uma horas de um dia e às seis horas do dia seguinte.</p>



48. Em relação ao descanso anual remunerado denominado férias anuais, conforme normas contidas na Constituição Federal do Brasil e na Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) o período aquisitivo de férias será contado conforme calendário civil anual, deduzidos os primeiros 90 dias relativos ao período de experiência.
- (B) o empregado que, no curso do período aquisitivo tiver percebido da Previdência Social prestações de acidente de trabalho por mais de 6 meses, embora descontínuos, não terá direito a férias.
- (C) aos empregados menores de 18 anos e aos maiores de 50 anos de idade, as férias serão sempre concedidas em dois períodos.
- (D) a época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do trabalhador e no caso membros de uma família, que trabalhem no mesmo estabelecimento ou empresa, sempre terão direito a gozar férias no mesmo período.
- (E) é facultado ao empregado converter metade do período de férias a que tiver direito em abono pecuniário, que deverá ser requerido até 2 dias antes do término do período aquisitivo.
-
49. O direito de ação que tenha por objeto anotações do contrato de trabalho em razão de reconhecimento de vínculo de emprego para fins de prova junto à Previdência Social,
- (A) prescreve em 2 anos após a dispensa sem justa causa pelo empregador.
- (B) não prescreve.
- (C) prescreve em 3 anos após o pedido de demissão do empregado.
- (D) prescreve em 5 anos após a extinção do contrato seja qual for a modalidade de ruptura.
- (E) prescreve em 2 anos para o trabalhador maior de 18 anos e 5 anos para o menor de 18 anos, após a rescisão.
-
50. Nos serviços ou atividades essenciais, deve-se garantir, durante a greve, a prestação dos serviços indispensáveis ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade. Assim, a Lei de Greve, considera serviços ou atividades essenciais, EXCETO:
- (A) serviços dos cartórios notariais.
- (B) tratamento e abastecimento de água.
- (C) controle de tráfego aéreo.
- (D) compensação bancária.
- (E) telecomunicações.

Direito Processual Civil

51. O efeito suspensivo aos embargos do devedor
- (A) aproveita aos demais executados que não hajam embargado a execução, mesmo que o respectivo fundamento diga respeito exclusivamente ao embargante.
- (B) perdura até julgamento definitivo dos embargos, não podendo ser revogado, ainda que cessadas as circunstâncias que motivaram o seu deferimento.
- (C) é medida excepcional, podendo ser concedido quando, a requerimento do embargante, houver relevância de seus fundamentos, perigo manifesto de dano de difícil ou incerta reparação e prévia garantia do juízo.
- (D) é a regra, devendo ser concedido de ofício, pelo juiz, quando houver relevância de seus fundamentos e *periculum in mora*.
- (E) é medida excepcional, podendo ser concedido de ofício quando houver relevância de seus fundamentos e perigo manifesto de dano de difícil ou incerta reparação, prescindindo-se de prévia garantia do juízo.
-
52. Objetivando garantir futura penhora de bens de devedor que, caindo em insolvência, comprovadamente tenta alienar os bens que possui, Jair deverá se valer da medida cautelar de arresto, cuja concessão
- (A) demanda prova literal de dívida líquida e certa, que pode ser suprida por justificação prévia, à qual se dará publicidade, intimando-se o devedor a fim de que acompanhe o ato.
- (B) transfere a posse dos bens para o credor, ainda que não oferecida caução.
- (C) demanda prova literal de dívida líquida e certa, que pode, em regra, ser suprida por justificação prévia, a qual se fará em segredo.
- (D) demanda prova literal de dívida líquida e certa, à qual se equipara a sentença, líquida ou ilíquida, pendente de recurso, condenando o devedor ao pagamento de quantia em dinheiro.
- (E) impede que outros credores vejam penhorados os mesmos bens, os quais são transferidos para a posse do autor da cautelar de arresto, desde que ofereça caução.
-
53. Depois de proferida sentença que extinguiu o processo com resolução de mérito, foi interposto recurso e o Tribunal verificou não estarem presentes as condições da ação, embora as partes não tenham formulado alegação neste sentido. O Tribunal deverá
- (A) anular a sentença, determinando que o juiz de primeira instância extinga o processo com resolução de mérito.
- (B) dar ao recurso trâmite normal, pois é vedado ao julgador conhecer de matéria defensiva que não haja sido suscitada pela parte a quem aproveita.
- (C) extinguir o processo sem resolução de mérito, de ofício.
- (D) extinguir o processo com resolução de mérito, de ofício.
- (E) anular a sentença, determinando que o juiz de primeira instância extinga o processo sem resolução de mérito.



54. Joana firmou contrato escrito com Maria comprometendo-se a pagar R\$ 1.000,00 que confessou dever a ela. O contrato não foi assinado por testemunhas. Não cumprida a obrigação, poderá Maria ajuizar ação
- (A) monitória, que, se devidamente instruída, acarretará a expedição de mandado para pagamento no prazo de 15 dias, durante o qual Joana poderá, desde que garantido o juízo, opor embargos, os quais não suspenderão a eficácia do mandado inicial.
 - (B) monitória, que, se devidamente instruída, acarretará a expedição de mandado para pagamento no prazo de 15 dias, durante o qual Joana poderá, desde que garantido o juízo, opor embargos, os quais suspenderão a eficácia do mandado inicial.
 - (C) de cobrança, necessariamente, não podendo se valer de ação monitória.
 - (D) monitória, que, se devidamente instruída, acarretará a expedição de mandado para pagamento no prazo de 15 dias, durante o qual Joana poderá, independentemente de prévia segurança do juízo, opor embargos, os quais suspenderão a eficácia do mandado inicial.
 - (E) monitória, que, se devidamente instruída, acarretará a expedição de mandado para pagamento no prazo de 3 dias, durante o qual Joana poderá, independentemente de prévia segurança do juízo, opor embargos, os quais não suspenderão a eficácia do mandado inicial.
-
55. Rafael foi condenado a pagar R\$ 1.000,00 a Luciana. Mesmo com o trânsito em julgado, não cumpriu a obrigação. De acordo com o Código de Processo Civil, o montante da condenação será acrescido de multa de
- (A) dez por cento, e, a requerimento de Luciana, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação, de cujo auto será intimado Rafael, em regra na pessoa de seu advogado, podendo oferecer impugnação no prazo de quinze dias.
 - (B) quinze por cento, e, a requerimento de Luciana, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação, de cujo auto será intimado Rafael, em regra na pessoa de seu advogado, podendo oferecer impugnação no prazo de dez dias.
 - (C) quinze por cento, e, de ofício, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação, de cujo auto será intimado Rafael, em regra pessoalmente, podendo oferecer impugnação no prazo de dez dias.
 - (D) quinze por cento, e, de ofício, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação, de cujo auto será intimado Rafael, em regra na pessoa de seu advogado, podendo oferecer impugnação no prazo de dez dias.
 - (E) dez por cento, e, de ofício, expedir-se-á mandado de penhora e avaliação, de cujo auto será intimado Rafael, em regra pessoalmente, podendo oferecer impugnação no prazo de quinze dias.

Direito Administrativo

56. A obrigatoriedade do concurso público para o ingresso de servidores no serviço público não se reflete no direito dos aprovados à nomeação, que se consubstancia em expectativa de direito. Há, no entanto, situações em que essa expectativa de direito dos aprovados se convola em direito líquido certo à nomeação, tais como
- (A) imediatamente após decorrido o prazo de validade previsto no edital, desde que haja recursos orçamentários previstos para tanto.
 - (B) a contratação de servidores para o preenchimento de outros cargos, ainda que para localidades distintas daquelas previstas no concurso anterior, uma vez que expressa a disponibilidade financeira para fazer frente à nomeação pretendida.
 - (C) diante da demonstração de prejuízo ao candidato aprovado no concurso, decorrente, por exemplo, da desistência de participação em outro certame em razão da aprovação conhecida.
 - (D) abertura de novo concurso para a mesma área de atuação do candidato aprovado durante o prazo de vigência do anterior, salvo se comprovado que o preenchimento das novas vagas será em localidades distintas.
 - (E) diante da hipótese de aposentadoria, demissão ou outra forma de vacância de cargos públicos no mesmo ente, tendo em vista que acarreta disponibilidade orçamentário-financeira para viabilizar a nomeação dos candidatos aprovados.
-
57. A organização administrativa pode ser implementada por meio de descentralização e desconcentração. Nos dizeres de Maria Sylvia Zanella di Pietro, quando o *Poder Público (União, Estados ou Municípios) cria uma pessoa jurídica de direito público ou privado e a ela atribui a titularidade e a execução de determinado serviço público*, significa que adotou a forma de:
- (A) descentralização administrativa política, na medida em que outro ente público passa a exercer as atribuições constitucionalmente atreladas a um ente federado, abrangendo competências legislativas, o que é comumente implementado pela criação de autarquias.
 - (B) descentralização administrativa territorial, na medida em que a pessoa jurídica criada exerce suas competências em determinado perímetro geográfico, com ampla autonomia e capacidade legislativa, sendo prescindível a análise material das atividades para fins de identificação na estrutura de organização administrativa.
 - (C) desconcentração administrativa, pois permite desatrelar do poder central determinadas competências e transferi-las a outras pessoas jurídicas com personalidade jurídica própria e autonomia gerencial, com finalidade de execução dos serviços públicos cuja titularidade e/ou execução lhe foram transferidas por lei.
 - (D) desconcentração funcional, cujo critério de identificação e repartição é a natureza dos serviços transferidos a pessoa jurídica criada para essa finalidade, que pode ser tanto uma autarquia, quanto uma empresa estatal.
 - (E) descentralização administrativa funcional, uma vez que a pessoa jurídica é criada para a finalidade correspondente à execução de determinada atividade material, sendo que no caso das autarquias, também pode abranger a transferência da titularidade de serviço público.



58. As prerrogativas concedidas à Administração pública e as sujeições impostas aos administrados são objeto de constantes contraposições, servindo os princípios que norteiam a atuação do Poder Público também como limitadores e garantias aos direitos individuais dos administrados. O exercício do poder de polícia é exemplo dessa contraposição, havendo situações em que os limites das competências administrativas ficam mais evidentes do que em outros. Como adequada forma de interação do poder de polícia e dos direitos individuais é correto
- (A) afirmar que o exercício do poder de polícia administrativo é sempre repressivo, assemelhando-se à polícia judiciária nesse aspecto, sendo garantido ao administrado o exercício do contraditório e da ampla defesa, ainda que diferido em relação àquela atuação.
 - (B) ressaltar o atributo da auto-executoriedade no exercício do poder de polícia em algumas situações que não se mostrem imprescindíveis para o atendimento do interesse público e impliquem infringir garantias constitucionais dos administrados, como a inviolabilidade de domicílio.
 - (C) concluir que a auto-executoriedade é atributo inerente a toda a atuação de polícia da Administração pública, diferentemente da exigibilidade, prescindível muitas vezes, na medida em que aquela atuação ficaria esvaziada no caso de depender de interferência do Poder Judiciário.
 - (D) permitir a superação de garantias e liberdades individuais sempre que a Administração pública entender que assim o interesse público restará melhor atendido, diferindo-se a motivação e a observância do contraditório e da ampla defesa.
 - (E) limitar a atuação da Administração pública pelos prejuízos financeiros causados aos administrados, de modo que a atuação coercitiva somente é permitida para fins preventivos e desde que não gere impacto patrimonial na esfera dos interessados, sob pena de ser obrigatória prévia instauração de processo administrativo.
-
59. A delegação de serviços públicos pode se dar de diversas maneiras, tanto no âmbito da Administração pública, quanto para particulares, esta que se implementa, no mais das vezes, por meio de concessão de serviço público. A outorga de serviços públicos ao setor privado implica na
- (A) delegação intrínseca do poder hierárquico e disciplinar que passa a reger as relações entre a concessionária e seus funcionários, na medida em que a prestação do serviço se dá sob o regime jurídico de direito público.
 - (B) transferência, por meio de licitação para contratação, da execução de atividades de interesse público assim previstas na legislação, a fim de garantir a adequada prestação dos serviços aos usuários, observando-se princípios específicos para essa relação.
 - (C) obrigatoriedade de eficiência na prestação do serviço público, em razão desta se dar sob regime jurídico de direito privado, embora o princípio da mutabilidade do regime jurídico possa recomendar a alteração da gestão, para passar a ser desempenhada em regime de livre mercado.
 - (D) observância das normas postas pela concessionária no exercício de seu regular poder normativo, indissociável da competência atribuída constitucionalmente ao serviço.
 - (E) delegação, por meio de ato administrativo precário e discricionário, de prestação material em favor dos administrados, desde que sejam observados os princípios que regem o setor e seja previamente comprovado o ganho de eficiência.
-
60. Determinado Município licitou a contratação de obras de construção de ciclovias integradas ao sistema viário existente. O processo de licitação tramitou regularmente, mas antes da formalização do contrato, a Administração revisou os planos e projetos para aquele ano e concluiu que a receita estimada não seria concretizada, de modo que seria necessário optar entre a construção de duas unidades hospitalares e as obras para construção da ciclovia. Ponderadas as razões e os aspectos técnicos, entendeu a Administração por manter o projeto das unidades hospitalares. Diante do cenário posto, considerando que o processo de contratação da ciclovia estava tramitando regularmente, nos termos da lei, a Administração, independentemente da fase do processo de licitação, que para a presente análise deve ser considerada somente como ato administrativo, para que esta teoria seja aplicada,
- (A) deve anular o ato, tendo em vista que há vício em relação ao objeto, na medida em que não havia fundamento legal para a contratação pretendida.
 - (B) pode revogar o ato, por razões de oportunidade e conveniência fundadas no interesse público, retroagindo seus efeitos para o início do processo, deixando o ato revogado de produzir qualquer efeito.
 - (C) pode revogar o ato, demonstradas as razões de interesse público que nortearam o juízo discricionário, não havendo efeitos retroativos, uma vez que não estavam presentes vícios de legalidade.
 - (D) pode anular o ato a qualquer tempo, tendo em vista que a Administração pública está a agir de boa-fé, critério relevante para indicar o cabimento de indenização em favor do administrado.
 - (E) deve revogar o ato, tendo em vista que tanto a anulação quanto a revogação são poderes-deveres da Administração pública, que não pode deles dispor, permitindo que um ato viciado continue a produzir efeitos.

**REDAÇÃO****Atenção:**

Conforme Edital do Concurso, Capítulo X, itens:

"7. Será atribuída nota ZERO à Prova de Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) apresentar textos sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento do texto escrito fora do local apropriado; c) for assinada fora do local apropriado; d) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; e) for escrita a lápis, em parte ou na sua totalidade; f) estiver em branco; g) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 8. A folha para rascunho da Redação no Caderno de Provas é de preenchimento facultativo. Em hipótese alguma o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da Prova de Redação pela Banca Examinadora. 9. Na Prova de Redação, deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10. A Prova de Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver **nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.**"

Instruções:

- NÃO é necessária a colocação de Título na Prova de Redação

Mapa-Múndi

A facilidade de comunicações acabou com esses tanques em que floresciam as diferentes culturas. Quando antes se olhava o mapa-múndi e via-se cada país de um colorido diferente, podia-se tomar isso ao pé da letra. É verdade que o mundo continuou a ser uma colcha de retalhos; mas são todos da mesma cor.

(QUINTANA, Mário. **Prosa & Verso**. Porto Alegre: Globo, 1978, p. 60)

A partir das reflexões de Mário Quintana, redija um texto dissertativo-argumentativo sobre o seguinte tema:

A revitalização das culturas tradicionais e a promoção do respeito à diversidade cultural

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

GRUPO DE ESTUDOS TRT BRASIL 2015

Ao Vivo/Online + Aulas Gravadas
Sábado - Tarde *Em andamento*

Direito Administrativo
Direito Constitucional
Direito do Trabalho
Direito Proc. do Trabalho.

Professor Marcelo Sobral



(21) 3550-4610
www.cursomultiplus.com.br
Av. Calógeras 6B, Centro-RJ

Grupo de Estudos TRT Brasil! ~> As aulas são transmitidas ao vivo e depois disponibilizadas na área do aluno - acessíveis por mais 5 vezes.

+ informações na Pág. do Prof. <https://goo.gl/m038c0> **ou no site do Curso Multiplus:** <http://goo.gl/rVkn76>

Aula demonstrativa:

Aula 01 Grupo de Estudos TRT Brasil

Material: <http://1drv.ms/1Bt18AD>

<http://goo.gl/C0p2RT>

<http://goo.gl/MX6kJY>

<http://goo.gl/t2bLwk>

<http://goo.gl/ckYd7I>

O material do Grupo está disponível e todos podem acessar. Percebam que nas pastas das disciplinas há subpastas de nome "Arquivos de Aula" (conteúdo + questões - com e sem gabarito) e "Quadros de Aula" (fotos dos esquemas montados em sala) ~><https://goo.gl/Mhzsnc>

CONHEC. BÁSICOS/CONHEC. ESPECÍFICOS/REDAÇÃO
Cargo ou opção AX - AN JUD - ÁREA JUD - ESP OF JUST AVALIADOR FEDERAL
Tipo gabarito 1

**Gabarito
Preliminar
divulgado em
14/09/2015**

001 - C	011 - E	021 - D	031 - A	041 - C	051 - C
002 - D	012 - B	022 - B	032 - E	042 - E	052 - D
003 - A	013 - D	023 - C	033 - D	043 - A	053 - C
004 - C	014 - E	024 - A	034 - B	044 - D	054 - D
005 - A	015 - A	025 - E	035 - D	045 - C	055 - A
006 - E	016 - C	026 - B	036 - B	046 - E	056 - D
007 - C	017 - C	027 - B	037 - E	047 - A	057 - E
008 - D	018 - D	028 - E	038 - C	048 - B	058 - B
009 - B	019 - D	029 - E	039 - A	049 - B	059 - B
010 - A	020 - E	030 - A	040 - E	050 - A	060 - C